



A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NA ERA DO ESTADO NEOLIBERAL: IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL

The structural crisis of capital in the era of the neoliberal State: implications for Educational Policy

La crisis estructural del capital en la era del Estado neoliberal: implicaciones para la Política Educativa

**Amanda Aparecida Marcatti¹
Henrique Dumont Pena²
Pedro Henrique Chaves Pessanha³**

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir a crise estrutural do capital na era do Estado Neoliberal, expondo suas principais consequências para o campo da educação. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, sobre o tema crise do estrutural capital, Estado neoliberal e educação, no campo da produção teórica do marxismo e educação, produzida na contemporaneidade. Partimos da análise que, ao longo do século XX, a

¹ Professora do curso de Pedagogia da UVFJM. Doutora em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto. Email - amanda.apmarcatti@gmail.com

² Técnico Administrativo em Educação da UVFJM. Mestre em Educação e Docência pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: henrique.dumont@ufvjm.edu.br

³ Professor do curso de Psicologia da Universidade Ciências da Vida. Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Psicologia e Psicólogo pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: pedrohcpessanha@gmail.com

Artigo submetido em: 07 de março de 2024.

Artigo aceito em: 02 de abril de 2024.

Artigo publicado em: 22 de abril de 2024



lógica de acumulação do capital expandiu-se de forma incontrolável para todas as dimensões da vida, aprofundando a disjunção entre a produção voltada para as necessidades humanas daquela direcionada à autorreprodução do capital. Portanto, a crise do capital é estrutural, pois atinge todas as dimensões da vida – economia, natureza, política, direitos sociais e cultura; e global porque o seu alcance embora abranja de forma diversa cada território, é mundial. Tendo o Estado neoliberal uma função subsidiária ao capital. Constatou-se que o resultado da crise estrutural do capital no campo educacional é o cultivo de uma subjetividade individualista, que encarna o esforço, a dedicação e a competição generalizada consigo e com o outro como projeto de vida. Sendo, portanto, urgente o desafio de ressignificar o lugar da educação, como atividade formativa da relação trabalho-natureza-sociedade.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital; Estado; Neoliberalismo; Educação.

Abstract: The article aims to discuss the structural crisis of capital in the era of the Neoliberal State, exposing its main consequences for the field of education. To this end, a bibliographical research was carried out on the theme of the crisis of structural capital, the neoliberal State and education, in the field of theoretical production of Marxism and education, produced in contemporary times. We start from the analysis that, throughout the 20th century, the logic of capital accumulation expanded in an uncontrollable way to all dimensions of life, deepening the disjunction between production aimed at human needs and that aimed at the self-reproduction of capital. Therefore, the capital crisis is structural, as it affects all dimensions of life – economy, nature, politics, social rights and culture; and global because its reach, although it covers each territory differently, is global. The neoliberal State has a subsidiary function to capital. It was found that the result of the structural crisis of capital in the educational field is the cultivation of an individualistic subjectivity, which embodies effort, dedication and generalized competition with oneself and with others as a life project. Therefore, the challenge of giving new meaning to the place of education as a formative activity in the relationship between work-nature-society is urgent.

Keywords: Structural crisis of capital; State; Neoliberalism; Education.

Resumen: El artículo tiene como objetivo discutir la crisis estructural del capital en la era del Estado Neoliberal, exponiendo sus principales consecuencias para el campo de la educación. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica sobre la temática de la crisis del capital estructural, el Estado neoliberal y la educación, en el campo de la producción teórica del marxismo y la educación, producida en la época contemporánea. Partimos del análisis de que, a lo largo del siglo XX, la lógica de la acumulación de capital se expandió de manera incontrolable a todas las dimensiones de la vida, profundizando la disyunción entre la producción dirigida a las necesidades humanas y la dirigida a la autorreproducción del capital. Por tanto, la crisis del capital es estructural, ya que afecta a todas las dimensiones de la vida –economía, naturaleza, política, derechos sociales y cultura; y global porque su alcance, aunque abarca cada territorio de forma diferente, es global. El Estado neoliberal tiene una función subsidiaria al capital. Se encontró que el resultado de la crisis estructural del capital en el ámbito educativo es el cultivo de una subjetividad individualista, que encarna esfuerzo, dedicación y competencia generalizada con uno mismo y con los demás como proyecto de vida. Por tanto, resulta urgente el desafío de ressignificar el lugar de la educación como actividad formativa en la relación trabajo-naturaleza-sociedad.

Palabras-clave: Crisis estructural del capital; Estado; Neoliberalismo; Educación.

Introdução

Um caminho didático para discutirmos a crise do capital e seus desfechos na era do Estado neoliberal é olharmos para o cotidiano e percebermos as manifestações da crise na vida da população, em especial das camadas populares. O desemprego crescente, a insegurança alimentar, a precariedade dos serviços públicos como saúde, educação, assistência social, a falta de moradia e a latente mudança climática parecem não deixar

dúvidas de que vivemos um momento de crise social e ecológica. Porém, consideramos que, para apreender as múltiplas dimensões da crise do capital na atualidade é preciso ir além das suas expressões fenomênicas, buscando o significado histórico da crise e quais são as implicações para o futuro da sociedade. Para tanto, tomamos como ponto de referência para esta discussão a tese da crise estrutural do capital, apresentada pelo filósofo marxista István Mészáros, ao longo da sua vida e obra. Consideramos que a tese defendida pelo autor nos ajuda a alcançar a essência da crise do capital em seu sentido histórico, trazendo importantes contribuições para aqueles que projetam - como horizonte para superação da crise do capital - a possibilidade de emancipação humana. Deste modo, o presente artigo tem como objetivo discutir o significado da crise estrutural do capital em conformidade com as contribuições de István Mészáros, adentrando em discussões que abordam uma crítica ao Estado neoliberal, bem como as implicações para o campo da política educacional.

Crise do Capital e o Estado neoliberal

Há alguns anos discorrer sobre a crise estrutural do capital era encarado por muitos como uma análise apocalíptica, ou mesmo uma abstração, uma vez que o capitalismo sempre conviveu ao longo de sua história com crises cíclicas que resultaram em novas formas de acumulação de capitais, reestruturações produtivas e mudanças sociopolíticas. Porém, desde o fim dos anos de 1960 e início da década de 1970 o sistema de produção capitalista tem exibido características de um processo de “depressão contínua”, ou seja, os ciclos de expansão que alternavam períodos crescimento econômico seguido de crises cíclicas parecem não explicar mais o sociometabolismo do capital.

Conforme as investigações de Mészáros (2009), ao longo do século XX a lógica de valorização do capital expandiu de forma incontrolável para todas as dimensões da vida, aprofundando a contradição entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e aquela direcionada autorreprodução do capital. Desta maneira, é importante retornarmos ainda que brevemente o sentido das categorias trabalho, alienação e capital para compreendermos a crise estrutural do capital desenvolvida por Mészáros (2009).

Partindo da compreensão materialista, histórica e dialética da realidade, o trabalho é ação fundante do ser social. Através da atividade de trabalho transformamos a natureza e o mundo ao redor para a satisfação das necessidades físicas e sociais dos seres humanos, mas

também nos auto-transformamos. Por meio do trabalho, homens e mulheres criam livre e conscientemente a realidade, bem como é a sua realização que permite dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade. Entretanto, no capitalismo a condição de realização do trabalho está subordinada à lógica da acumulação de capital, desconexa das necessidades humanas (do estômago ou da fantasia), produzindo assim, não só uma relação de alienação entre os trabalhadores e os produtos do seu trabalho, mas também dos trabalhadores entre si. A alienação é, portanto, uma condição concreta que se irradia de forma objetiva e subjetiva para todas as dimensões da sociabilidade. Como podemos ver nas palavras de Marx, ao explicitar nos "Manuscritos Econômico-Filosóficos" a complexidade do trabalho na sociedade capitalista:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2010, p. 80).

Deste modo, o capital é uma relação social solidificada sob a propriedade privada dos meios de produção e a venda da força do trabalho, sendo o capitalismo o momento histórico de universalização do capital enquanto relação social hegemônica. Isto, porém, não quer dizer que o trabalho perde seu sentido ontológico na sociabilidade capitalista, mas no capitalismo a realização do trabalho sob as condições de exploração da força do trabalho imprime nos trabalhadores uma condição de degradação, exploração e estranhamento.

Nesta esteira, retomamos a raiz da crise do capital como a manifestação da absolutização da alienação do trabalho e; ainda que essa disjunção estivesse presente ao longo de toda a história do capitalismo como uma contradição inerente ao capital, é ao longo do século XX que ela assume o caráter de uma crise estrutural. Considerando que, em períodos históricos anteriores foram possíveis estabelecer alguma forma de controle da relação capital/trabalho, é neste momento histórico que as necessidades de acumulação do capital assumem o objetivo primordial do intercâmbio orgânico com a natureza em detrimento de todas as necessidades sociais.

Sendo assim, diferentemente da crise ocorrida em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, que possibilitou o surgimento das políticas keynesianas nos países da economia central, através da implementação do Estado de Bem-Estar Social, com um período

significativo de estabilidade política, crescimento econômico e a realização de alguns direitos sociais, a crise econômica do final da década de 1960, inaugura uma nova fase da acumulação capitalista. Somado aos efeitos da crise do petróleo em 1973 e a onda inflacionária da década de 1980, o Estado de Bem-estar social entra em declínio, culminando na reestruturação produtiva e na ofensiva neoliberal.

Nos últimos trinta anos tivemos uma época histórica de reestruturação capitalista nas mais diversas instâncias da vida social. O sistema mundial do capital como sistema social global reestruturou-se efetivamente numa dimensão inédita. Por exemplo, a nova reestruturação produtiva do capital impulsionou um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas nas grandes empresas e na sociedade em geral sob a direção moral-intelectual do “espírito do toyotismo”. A manipulação reflexiva ou a “captura” da subjetividade tornou-se efetivamente o modo de operar do controle sociometabólico do capital. A luta de classes e as derrotas das forças políticas do trabalho na década de 1970 conduziram a reestruturação política do capital, constituindo o Estado neoliberal e as políticas de liberalização comercial e desregulamentação financeira; e o pós-modernismo e o neopositivismo permearam a reestruturação cultural. Nos “trinta anos perversos”, o capitalismo financeirizado, toyotista, neoliberal e pós-moderno levou a cabo uma das maiores revoluções culturais da história (ALVES, 2011, p.12).

Uma nova ordem social se estabelece, afetando o conjunto da humanidade (ainda que de forma desigual), caracterizada pela disjunção entre a produção para as necessidades sociais e a autorreprodução do capital, ampliando a níveis absolutos suas características destrutivas. “A crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos (MÉSZÁROS, 2009).”

Dessa maneira, conseguimos identificar um encontro fecundo entre a crise estrutural do capital e o nascimento do Estado neoliberal. Durante o século XX, popularizou-se o entendimento do conceito de neoliberalismo como sinônimo de Estado mínimo. Essa compreensão sintetizava a concepção do neoliberalismo como uma ideologia e uma política econômica de mercado que toma de fora o sentido do Estado, reduzindo sua capacidade de intervenção na economia e na promoção das políticas e direitos sociais, abrindo caminhos para a iniciativa privada e a autorregulação do mercado. Diferente deste lugar comum, corroboramos com o entendimento de que o neoliberalismo, sobretudo, não diminui o papel do Estado na economia capitalista e na vida pública, mas lhe confere um papel substancialmente distinto – na sociedade capitalista a relação entre o mercado e o Estado é indivisível - o mercado moderno não atua sem a função subsidiária do Estado e, para além da economia, o neoliberalismo conforma uma nova subjetividade e racionalidade social.

O neoliberalismo como a razão do capitalismo contemporâneo, pode ser definido como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.198), estendendo a lógica do capital a todas as dimensões da atividade humana. Uma racionalidade que opera em todos os níveis da vida social, no trabalho, na saúde, na educação, no Estado e, porque não, nas emoções. Ao fazer isso, novas subjetividades são condicionadas a partir da concorrência como norma de conduta das relações sociais e a lógica empresarial como relação entre o Estado, a sociedade e o indivíduo. Logo, os processos de privatização das empresas e bens estatais, precarização das condições de trabalho, mercantilização da natureza e de direitos sociais e, financeirização da economia, dentre outras ações de cunho “liberalizante” demarcam a dinâmica da política no Estado neoliberal, redefinindo os padrões de acumulação e reprodução do capital.

Assim o processo de globalização da crise estrutural do capital - sob a era do Estado neoliberal - admite, gradativamente, em cada território nacional algumas características fundamentais, sendo elas: o predomínio das finanças sobre todos os setores da economia; a transnacionalização dos capitais – processo de internacionalização da burguesia; reestruturações produtivas - novos saltos tecnológicos que têm em suas bases a microeletrônica associada à informação apropriada por grandes corporações, grupos e indivíduos privados; desregulamentação das leis trabalhistas – fim da era dos direitos de regulação da relação capital/trabalho; precarização e terceirização do trabalho, desemprego estrutural; industrialização da agricultura; e o avanço sobre todos os recursos naturais – resultando na desregulamentação ambiental, extrativismo mineral predatório e a reprimarização das economias dependentes (PINASSI, 2009).

Neste contexto, diversas análises no último período interpretaram a crise como um problema de má gestão do Estado. Ainda que existam problemas dessa ordem, o Estado neoliberal exerce uma função subsidiária ao capital, expressa de forma evidente, por exemplo, na destinação de orçamento público para empresas privadas manterem sua “rentabilidade econômica”; no ajuste fiscal sobre a verba destinada aos serviços públicos ou mesmo na tributação dos mais pobres. Essa lógica operante no Estado neoliberal aponta para três dimensões da crise do capital: a falência do Estado como promotor dos direitos sociais, uma vez que direitos como saúde, trabalho, moradia, educação, previdência foram mercantilizados; a precariedade das relações laborais reveladas na informalidade, flexibilização dos direitos

trabalhistas, subempregos e no desemprego estrutural de grande parte da população economicamente ativa; e pôr fim à crise socioambiental, palpável de diferentes formas seja pelo aquecimento global e as mudanças climáticas, a desertificação dos solos, o desmatamento, poluição hídrica, seja por outras expressões da relação destrutiva do capitalismo com a natureza.

Portanto, a crise do capital é estrutural, pois atinge todas as dimensões da vida – economia, natureza, política, direitos sociais e cultura; e global porque o seu alcance, embora abranja de forma diversa cada território, é mundial. A expansão da autorreprodução do capital em todas as esferas da vida implica no presente e no futuro em um sistema de produção destrutiva da natureza e das relações de trabalho (MÉSZÁROS, 2015). Esta realidade fica evidente ao examinarmos a lógica destrutiva da produção do agronegócio e da extração mineral, que tem gerado como consequências a expulsão de diversas populações de seus territórios, a insegurança alimentar, a degradação da natureza e o adoecimento socioambiental.

Nesta tônica entendemos que a pandemia do COVID-19, vivida nos últimos anos, é resultado das relações sociais destrutivas da sociabilidade capitalista com a natureza que, desde a industrialização da agricultura com a Revolução Verde, tem alargado a demanda por proteína animal e produção agrícola, aumentando a exploração da vida selvagem e dos recursos naturais, produzindo assim uma ecologia quase perfeita para o surgimento de novas zoonoses, dado ao tamanho do desequilíbrio ecológico que impomos à natureza. Este processo é acelerado pelo modelo de sociedade urbano industrial, que desde a década de 1960 coloca-se como um imperativo aos diversos modos de vida, intensificando os ciclos de migração e expulsão da população do campo para a cidade, bem como, a ampliação dos circuitos longos de produção de alimentos (WALLACE, 2020).

Por isso, constatamos que as saídas para a crise estrutural do capital e, por consequência, da sociedade capitalista, não se darão nos marcos da ordem capitalista, seja ela liberal, conservadora ou social democrata, uma vez que o núcleo fundante da crise - a disjunção da produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e aquela direcionada autorreprodução do capital – se mantém viva, independente da forma econômica e política que assuma o Estado. Nesta perspectiva de análise, consideramos o Estado parte do sistema sociometabólico do Capital, que tem seu núcleo central formado pelo tripé inter-relacionado – capital; trabalho assalariado e Estado (MÉSZÁROS, 2009).

Logo, a crise do Estado neoliberal não é outra coisa, se não a própria crise estrutural do capital, que neste momento histórico entrou em contradição com sua a democracia liberal, ou seja, diante da expansão incontrolável do capital em todas as esferas da vida as demandas da maior parte da população por participação, igualdade, cidadania, liberdade e melhores condições de vida interferem no processo de acumulação contínua do capital, sendo excluídas do contrato social capitalista. Portanto, não só o Estado neoliberal está em crise como a totalidade do tripé que compõe o sociometabolismo do capital. Isto implica na compreensão de que a crise que se expressa no campo da política, com a falência das instituições democráticas, é também uma crise do liberalismo como sistema econômico e político hegemônico do Estado na sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2015). Nesse contexto, os debates em torno do papel do Estado retomam a cena política, como forma de “salvar” o capitalismo, não sendo rara a coalizão programática entre neoliberais e conservadores.

Assim, explicitamos que a emergência da democracia liberal representativa como expressão hegemônica da política produzida pelo Estado liberal ao longo dos séculos 19 e 20, que possibilitou a consolidação do sistema capitalista sobre uma base democrática, excluindo do exercício do poder no passado e na atualidade os trabalhadores, pobres, negros, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, indígenas, ou seja, a maior parte da população está também em uma crise sistêmica. Consequentemente, é ilusória a operação político-ideológico que busca apoio das pessoas historicamente oprimidas para a defesa do Estado e da democracia representativa como solução para os problemas da crise do capital e suas consequências. Os desafios a serem enfrentados pelo Estado neoliberal, para “salvar” o capitalismo, não são compatíveis com os desafios a serem enfrentados pelos oprimidos na busca da emancipação política e humana. Isto não quer dizer, porém, que no tocante à vida não faça diferença as mudanças de ordem política, mas sim que o sentido histórico da crise estrutural do capital nos impõe a construção de caminhos para além das medidas de contenção e mitigação, o que em termos pragmáticos têm significado para os trabalhadores maiores níveis de exploração da força de trabalho, empobrecimento da população e destruição da natureza. Em síntese, é preciso recuperar a capacidade de vislumbrar um mundo para além do capital - “sejamos realistas e exijamos o impossível”.

Implicações da Crise Estrutural do Capital para a Política Educacional

Em todas as sociedades a educação sempre esteve presente, como uma dimensão da vida humana. A educação é, deste modo, um processo intencionado da formação humana, que ocorre na relação entre a sociedade e a natureza, mediado pelo trabalho como atividade humana criadora. Deste modo, partimos desta concepção de educação, como prática social, para indagarmos: que tipo de práticas educativas e processos de formação social têm sido gestados no contexto da crise estrutural do capital?

Deste modo, retomamos o processo da crise estrutural do capital que implicou na reestruturação produtiva (crise do taylorismo/fordismo) que ocorreu ao longo século 20, resultando em novas formas de organização e gestão do trabalho, como o Toyotismo e, mais recentemente, com o advento da Revolução 4.0 – processo contínuo de substituição do trabalho vivo (força de trabalho) em trabalho morto (máquinas, microeletrônica, computadores, robôs etc.) – para compreendermos como essas transformações reverberam nos processos formativos e educacionais (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Neste contexto, alcançamos que, sob a lógica da autorreprodução do capital, os processos de reestruturação produtiva e os avanços da ciência e da tecnologia resultam, na atualidade, em novas formas de servidão do trabalho, intensificando as desigualdades sociais e acentuando a perda de postos de trabalhos. O crescente desemprego estrutural e a necessidade constante de atualização e aperfeiçoamento dos trabalhadores, para se manterem “empregáveis” produzem uma subjetividade social competitiva e individualista, que toma individualmente a responsabilidade sobre o seu sucesso ou fracasso (ANTUNES, 2001).

Assim, o campo da educação vai se moldando apenas para servir às lógicas do mercado. Parâmetros como eficiência e qualidade total passam a orientar o trabalho educativo e os processos de formação humana, ante a pedagogia das competências e habilidades para a empregabilidade, o resultado é o cultivo de uma subjetividade individualista, que encarnam o esforço, a dedicação e a competição generalizada consigo e com outro como projeto de vida. Neste contexto, as práticas educativas rompem com o horizonte da formação de sujeitos de direitos para formar indivíduos “gestores de capital pessoal”, educados para o consenso social (LAVAL, 2019).

Essa realidade tem sido ainda mais perversa em nossa sociedade, onde o direito à educação das camadas populares constitui-se numa tensão permanente entre a concessão capitalista para a formação de mão de obra e a luta dos trabalhadores pelo direito à educação.

Deste modo, diante da crise estrutural do capital, compreendemos que seja essencial não reduzirmos a educação ao processo de escolarização das camadas populares, mesmo considerando a escola uma instituição fundamental à democratização do conhecimento, inclusão e cidadania de todas as pessoas. Entendemos que quanto mais as práticas educativas forem autônomas e livres, mais potente, diversa e democrática pode ser a educação escolar.

Concluimos assim que, os desafios de construção de uma educação para além do capital que supere a alienação do trabalho têm muito a aprender com as práticas educativas construídas pelos movimentos sociais. Na luta por moradia, terra, trabalho, educação, saúde, igualdade de gênero e na defesa dos bens comuns os movimentos sociais ensinam que a formação humana não se desvincula das práticas de trabalho e da ação coletiva que abranja todas as dimensões da vida, do pensar, do fazer e do transformar.

Considerações finais

A luz dessas reflexões, inferimos que a superação da crise estrutural do capital implica em uma ação radical de retorno ao sentido humano da vida, recolocando no centro da atividade formativa a relação entre trabalho-natureza-sociedade (MÉSZÁROS, 2005). Em última análise, significa considerar que a educação deve ser parte da vida social que acontece ao seu redor, como continuidade e ruptura, em diferentes tempos e espaços. Uma educação para a emancipação humana exige dos educadores e de toda comunidade educativa o compromisso com a transformação da realidade e o combate às desigualdades sociais.

Referências

- AIVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade* – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In.: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. *Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?* Revista Trabalho, Educação e Saúde. v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 2003.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.* Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos.* São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar.* São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *Educação para além do capital.* Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A crise estrutural do capital.* São Paulo: Boitempo, 2009.

PINASSI, Maria Orlanda. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica.* São Paulo, Boitempo, 2009.

WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciências.* São Paulo: Elefante; 2020.